

ATA DA 28^a (VIGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - AMAZONPREV - REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2026.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 23 dias do mês de janeiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 09h, reuniu-se, de forma presencial e híbrida pelo aplicativo Zoom Meeting, e na sede da AMAZONPREV em regime ORDINÁRIO, o Conselho de Administração - CONAD da Fundação AMAZONPREV. **CONVOCAÇÃO:** os membros do Conselho participaram da 28^a (vigésima oitava) reunião Extraordinária, atendendo à convocação realizada por meio da Pauta enviada por Correio Eletrônico, pelo Diretor-Presidente da Instituição, dentro do prazo regimental e conforme calendário previamente aprovado para reuniões do CONAD no exercício de 2026. **PRESENCAS:** **Vivaldo Michiles Neto**, Membro Nato, Representante do Poder Executivo; **Tatianne Vieira Assayag Toledo**, Membro Titular, Representante do Poder Executivo; **Raimundo Alberto da Silva Menta**, Membro Titular, Representante do Poder Executivo; **Cel. Bruno Patricio de Azevedo Campos**, Membro Titular, Representante da Polícia Militar; **Raphael de Carlos Paz de Almeida**, Membro Titular, Representante do Poder Judiciário; **Diego Santelli Ueda**, Membro Titular, Representante do Poder Legislativo, **Marlon André Mendes Bernardo**, Membro Titular, Representante do Ministério Público do Estado do Amazonas; **Luciano Simões de Oliveira**, Membro Titular, Representante do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; **Emerson Oliveira de Queirós**, Membro Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Executivo, indicado pelo SIFAM; **Élison Silva Lima**, Membro Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Legislativo, indicado pelo SINDILEGISAM; **Marcos André Abensur**, Membro Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e Pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas, indicado pelo SINDSEMP; **Paulo Afonso de Alcântara Ferreira**, Membro Titular,

Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Tribunal de Contas, indicado pelo SINDICONTAS.

PARTICIPANTE: A reunião contou com a presença dos Ilustríssimos senhores: Alan Cardec Soares da Silva e Robervane Moraes de Mello Compton, Diretor de Previdência e Diretora de Administração e Finanças, que auxiliando a instalação dos trabalhos. Também participou a técnica Keydma do Controle Interno, entre outros técnicos da Amazonprev. **QUÓRUM:** A senhora presidente do CONAD

constatou haver quórum suficiente para realizar a reunião, garantindo que as decisões possam ser tomadas por maioria simples dos presentes, nos termos do Artigo 68, § 11, da LC nº 30/2001.

Permitida a presença de outros técnicos da AMAZONPREV para auxílio na condução da reunião. **ORDEM DO DIA:** Os assuntos pautados para a reunião foram: **1. Avaliação do Plano de Aplicação e Investimentos (PAI) 2026.**

Após as saudações iniciais, a presidente do CONAD deu início à reunião, a sessão foi iniciada, onde os assuntos foram discutidos e devidamente explicados, quando solicitados, pelos servidores da AMAZONPREV que, depois de discutido amplamente com todos os presentes, teve as seguintes deliberações. **ITEM 01 - Avaliação do PAI 2026. A) APROVAR,** por unanimidade dos votos o Plano de Aplicação e Investimentos de 2026. **B) REGISTRAR** as explanações e debates dos conselheiros, conforme segue: o conselheiro Luciano Simões discorreu sobre o mercado financeiro e a atuação dos servidores da Amazonprev, e solicitou que seja discutido as questões acerca das alçadas. Prosseguindo, o conselheiro Luciano destacou a necessidade de realizar uma análise no processo de investimentos, e a política de alçadas, onde seja avaliado a necessidade de realizar ou não investimentos e a extensão das alçadas nestes procedimentos. O conselheiro Luciano também destacou o risco desses processos, os quais não localizou na matriz de risco. A conselheira presidente concordou com o conselheiro Luciano nesse ponto. A senhora Keydma informou que houve uma atualização da matriz de risco e nela consta sobre as alçadas. O conselheiro Emerson sugeriu que no

item 6.3.1 do relatório, seja feita uma alteração de texto, conforme apresentado pelo próprio: "A implementação do programa de empréstimo consignado tem por finalidade primordial fortalecer o equilíbrio financeiro e atuarial da Amazonprev, mediante a constituição de carteira própria de operações de crédito com desconto em folha, caracterizada por baixo risco de inadimplência, elevada previsibilidade de receitas e superior eficiência na relação risco-retorno, visando ampliar a probabilidade de cumprimento da meta atuarial ao longo do tempo, sendo a concessão de crédito aos segurados em condições mais vantajosas que as de mercado efeito secundário e decorrente dessa política"., para que seja dado contorno de política de investimento, e não como política de investimentos. O conselheiro Elinson achou pertinente a sugestão do conselheiro Emerson, para alterar a redação, e assim tratar como política de investimentos, sob o prisma do relatório. O técnico Alan Nascimento destacou a Resolução 5272 que substituiu a resolução anterior que trata dos RPPSs, e uma das alterações é sobre a política de investimentos, e a Resolução destacou a necessidade de se trabalhar com as melhores instituições. Em relação à observação do conselheiro Emerson, o técnico Alan Nascimento concorda que a redação deva se dar pelo prisma da Política de Investimentos. Foi destacado pelo técnico que num primeiro momento estava sendo casado o efeito econômico para a sociedade e o olhar sobre os efeitos na Política de Investimentos. Ele explicou que uma taxa de juros hoje aplicada está na ordem 2% a 2,5% - e a implementação de uma carteira de empréstimos apresenta uma boa expectativa de retorno. O estudo requisitado ao mercado apresenta uma possível taxa de 1,72% nos empréstimos se for levado adiante, o que representa uma boa taxa. O técnico Alan Nascimento destacou que na reunião com COFIS na data anterior ficou estabelecido que todas as dúvidas relativas a taxas, estudos do atuário e outras informações, poderá ser agendada uma data com os interessados para esclarecer possíveis dúvidas. A implementação de uma carteira de empréstimos se

implementada com segurança pode trazer bons resultados, com boas taxas aos segurados e melhores retornos, dependendo de bons estudos nesse segmento. O conselheiro Emerson indagou sobre o grau de exposição à SELIC, em caso de um cenário de redução de SELIC (entre 9% a 10% por exemplo) se a meta atuarial conseguiria ser batido, onde o técnico Alan informou que um dos pontos é o atendimento social com a oferta de boas taxas, e quanto à SELIC na comparação, a possível implementação dessa modalidade de investimento traria um retorno de aproximadamente 18%, e logo a meta atuarial estaria garantida. O senhor Alan destacou que existem travas como por exemplo a possibilidade de suspender empréstimos consignados. O conselheiro Emerson indagou se em relação à SELIC atual, essa meta seria batida, onde o técnico Alan informou que ainda assim seria possível atingir a meta atuarial, até por conta da diversificação da carteira, com diversas modalidades como os 'FIPES', que auxilia a carteira atravessar os ciclos de baixa, com risco controlado e aproveitando as oportunidades do mercado. O conselheiro Emerson levantou 2 pontos para que o técnico Alan pudesse discorrer, o primeiro acerca do aumento da meta atuarial para o exercício, e em relação às oportunidades de investimentos com relação aos dados dos primeiros 15 dias do ano e a entrada de recursos do mercado estrangeiro. O técnico Alan informou que as normas da Previdência permitem que a cada ano em que exista superação da meta atuarial, os índices possam ser reajustados em até 0,15% (quinze décimos percentuais), e assim para 2026 ficou definida a meta em 5,72% na taxa de juros a ser atingida. O técnico Alan destacou que para 2026 são esperados reflexos do cenário político, e a possível redução do risco fiscal. Alan discorreu sobre as rentabilidades de títulos públicos, com remunerações altas em 2025 decorreu dos movimentos internos no cenário fiscal e político, com taxas de juros elevados, e as preocupações com início do novo mandato do Governo Americano em 2025, que geraram muitas dúvidas sobre o futuro, mas que a situação foi invertida pois o Banco Central

Americano procurou não reduzir juros, mesmo diante das políticas de tarifas, porém com o passar do tempo houve a redução de juros, o que favoreceu essa migração de recursos expressivos vindos do mercado internacional. O técnico Alan destacou também as indicações de candidatos políticos no cenário nacional e a reação do mercado, bem como as pesquisas de opinião no cenário político no cenário nacional que fizeram com que a bolsa de valores tivesse uma alta elevada. Assim, a manutenção de taxas de juros elevadas e o aumento da bolsa tem trazido melhorias para a carteira, finalizou o técnico. O conselheiro Raphael Almeida indagou sobre a redação contida no início do texto do relatório que trata: *"Considerando que a meta atuarial foi superada em 01(um) ano no período dos últimos 5 anos (2020 a 2024), é possível acrescentar 0,15 pp na taxa de juros parâmetro calculada, desta forma a nova taxa de juros parâmetro passaria a ser de 5,72% ao ano para o exercício de 2026..."*, sobre este trecho o conselheiro Raphael indagou se a meta foi superada em apenas um ano, onde o técnico Alan informou que nos primeiros 2 anos ainda se fazia sentir os efeitos da pandemia, e os próximos 2 sob os efeitos do cenário político interno e americano também, e no último ano houve a superação da meta. O conselheiro Raphael Almeida também questionou se é obrigatório a política de consignados, onde o técnico Alan Nascimento respondeu que na política são apresentadas as oportunidades de investimentos, não sendo necessariamente obrigatório recorrer-se a essa possibilidade, e que é muito promissora a possibilidade, logo até para iniciar os estudos, existindo a possibilidade na política é possível o início dos estudos. O conselheiro Raphael avaliou que uma rentabilidade acima de 5% é interessante, porém indagou também se esses estudos estão sendo feitos por alguma empresa, ou quadros próprios. O técnico Alan frisou que a possibilidade está prevista na IN 1467/2021 e que toda a operação pode ser terceirizada, e que houve um desenvolvimento pela empresa contratada pela AMAZONPREV a 'Agenda', que executa outros serviços de assessoria de um módulo

de sistema, e essa construção faz parte do contrato assinado, esse módulo está em avaliação. Uma preocupação sendo acompanhada nesse processo de análise está nas questões de auditoria, e que provavelmente no final de fevereiro possa ser discutido com os conselhos em uma apresentação junto à empresa e junto da Amazonprev, ficando até a cargo do conselho decidir o momento de iniciar possíveis operações, estando no momento nesta fase. O conselheiro Raphael manifestou preocupação com a necessidade de se realizar um procedimento licitatório para operacionalização e também a necessidade de especialização de pessoal para acompanhamento desse tipo de processo, ainda que se conte com um processo de terceirização, e assim ponderou que o risco não esteja apontado ainda de forma correta, e acredita que o risco seja alto. O conselheiro Emerson ponderou sobre a questão de riscos e fez lembrar que por exemplo os investimentos estrangeiros não existiam e hoje são uma realidade, com boa rentabilidade e a implementação de consignados é um produto que pode gerar bons rendimentos e que é necessário desenvolver e aprimorar a ideia buscando empresas sólidas para desenvolver a ideia, e citou o exemplo os bancos que a todo momento manifestam interesse na folha de pagamentos do Estado em função do risco baixíssimo. O conselheiro Marcos Abensur indagou sobre as questões de autorização para que esse projeto de consignações possa funcionar, bem como destacou que o serviço se implementado deva ser terceirizado, e os cuidados com regulamentação devam ser providenciados. O técnico Alan destacou que o risco nesse segmento é bem baixo, e uma das premissas que vem sendo levadas em conta é a existência de um fundo garantidor, para os casos de inadimplência, bem como a implementação de um seguro prestamista para casos de falecimento. Um dos riscos que vem sendo trabalhado é o risco de imagem, com possíveis problemas no processo, que vão desde o processo de cadastro até a liberação do recurso, e até a auditoria, o que passará também pela empresa parceira. O técnico Alan considerou as preocupações do conselheiro Raphael, e que

será feito um estudo desse segmento para que se tenha um risco controlado. O técnico Alan também respondeu que os fundos de previdência não precisariam estarem registrados junto ao Banco Central, pois já lhes é permitido realizar esse tipo de operação. O conselheiro Raphael destacou situações de risco como decisões judiciais, montante aportado, crédito a ser aportado, risco contratual e outras questões. O conselheiro Marcos Abensur indagou se a existência da indicação da possibilidade de consignações na política ainda é uma fase inicial, devendo ainda ser apresentado um estudo, um processo efetivo para implementação, onde o técnico Alan respondeu que sim, muito embora já exista a previsão contratual para o desenvolvimento de um módulo, e este módulo já esteja em produção, ainda deverá ser apresentado o estudo completo, ainda estamos como projeto. O conselheiro Diego Ueda ponderou as questões dos riscos detalhados no PAI sobre a possibilidade de implementação de consignados e também indagou sobre algum limitador por emissor dos investimentos. Sobre a questão dos riscos o técnico Alan informou que o controle de risco pode ser adicionado no relatório, mas esses riscos serão apresentados nos projetos, estudos, propostas. Sobre os limites, estes estão concentrados nos tipos de investimentos, e a legislação atual já efetua algumas restrições por emissor, bem como por exemplo as letras financeiras são limitadas ao segmento de classificação 'S1'. O conselheiro Marcos Abensur indagou se o PAI já está de acordo com a nova legislação, onde o técnico Alan informou que sim. O conselheiro Raphael destacou a necessidade de incluir no item '3.5' e '3.6' alterações sugeridas: *"3.5 Garantir a celeridade e eficiência nas movimentações financeiras, no que se refere às aplicações e resgates, SEM PREJUÍZO DE OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; 3.8 Assegurar capacitação e certificação contínua dos gestores e conselheiros a partir do Programa de Educação Financeira, priorizando às áreas envolvidas, com treinamentos e cursos sobre o mercado financeiro e de capitais, visando à preparação para a*

certificação profissional dos membros do RPPS, BEM COMO GOVERNANÇA, ÉTICA E RECICLAGEM CONSTANTE DOS NORMATIVOS DO CMN, DA CVM E DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA". O conselheiro Raphael também sugeriu alterações no item final do item '6', onde o técnico Alan ponderou sobre o item e a necessidade de manter a redação, mas concordou com a retirada da parte final que trata de 'processo específico'. O conselheiro Raphael indagou qual o motivo de se ter que escolher um fundo de investimentos para aquisição de títulos públicos, onde o técnico Alan explicou que os motivos são em razão da rentabilidade possibilitada no curto prazo pelos fundos que tem vários ativos e consegue remunerar um pouco acima da aquisição direta, e assim é preciso manter essa possibilidade em aberto. O conselheiro Raphael indagou sobre o motivo da escolha no item 6.2 do índice SP500, onde o técnico Alan respondeu que se trata de uma estratégia de investimentos adotada em função do mix de empresas americanas importantes. O conselheiro Raphael ponderou sobre a análise de risco, e sendo o caso apontou como uma ressalva sobre a indicação desses riscos. O conselheiro Luciano indagou se essa questão de riscos influencia na análise do PAI, onde o técnico Alan Nascimento informou que não impede a aprovação ou análise pois os riscos acerca desse objeto ainda serão tratados, e deu como sugestão que esse assunto seja tratado em próxima reunião a ser definida para tratar deste tema. Foi informado pelo técnico Alan que ainda não se trata da implementação, e que pode até ser considerado um escalonamento de percentual para este tipo de investimento. Colocado em votação, o 'PAI 2026' foi aprovado por unanimidade, com as ressalvas apontadas pelos conselheiros ao longo do texto desta Ata. **OUTROS ASSUNTOS.** O conselheiro Luciano Simões presidindo o final da reunião do CONAD parabenizou a todos os integrantes do Conselho e da equipe da AMAZONPREV, desejando um ótimo final de semana. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação de todos. E, após as comunicações pertinentes, o presidente do CONAD encerrou a reunião do conselho, da qual eu,

Marcos André Abensur, Secretário deste Conselho de Administração, redigi a presente Ata, que assino com os Conselheiros infra nominados, às 11:30h.

Marcos André Abensur – Membro Titular

Representantes dos Servidores Ativos, dos Inativos e Pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas, indicado pelo SINDSEMP
Secretário do CONAD

Tatianne Vieira Assayag Toledo – Membro Titular;

Representante do Poder Executivo
Presidente do CONAD

Luciano Simões de Oliveira - Membro Titular;

Representante do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas:
Vice-Presidente do CONAD

Vivaldo Michiles Neto

Membro Nato, Representante do Poder Executivo

Raimundo Alberto da Silva Menta

Membro Titular, Representante do Poder Executivo

ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS – AMAZONPREV - REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2026.

CEL. Bruno Patrício de Azevedo Campos

Membro Titular, Representante do Poder Executivo da Polícia Militar

Raphael de Carlos Paz de Almeida

Membro Titular, Representante do Poder Judiciário

Diego Santelli Ueda

Membro Titular, Representante do Poder Legislativo

Marlon André Mendes Bernardo

Membro Titular, Representante do Ministério Público do Estado do Amazonas

Emerson Oliveira de Queirós

Membro Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Executivo, indicado pelo SIFAM

ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS – AMAZONPREV - REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2026.

Élison Silva Lima

Membro Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Legislativo, indicado pelo SINDILEGISAM

Paulo Afonso de Alcântara Ferreira

Membro Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Tribunal de Contas, indicado pelo SINDICONTAS